



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO  
PAULO PREVIDÊNCIA

Aos 19 (dezenove) dias do mês de abril de dois mil e dezoito, nesta cidade de São Paulo, na sala de reunião dos Conselhos da São Paulo Previdência - SPPREV, sito na Avenida Rangel Pestana, nº 300, 13º andar, Ala Sé, às 10h:00min., após prévia convocação, reuniu-se ordinariamente o Conselho Fiscal da referida autarquia. Presentes o Presidente do Conselho, o senhor Daniel Gomes dos Reis, o Vice-Presidente do Conselho, o senhor João Alécio Pugina, bem como os Conselheiros Titulares, Fábio Guimarães Serra, Gustavo Carvalho Tapia Lira, Ney Nazareno Sígolo e Antônio Dorival Gamba. Assim, os trabalhos foram abertos pelo Presidente do Conselho, fazendo parte da pauta os seguintes temas: Assinatura da Ata da 118ª Reunião Ordinária; Apresentação – imóveis da SPPREV e Apreciação do Balancete de Janeiro e Fevereiro de 2018. Inicialmente, foram convidados para participarem da reunião, o senhor Reinaldo dos Santos Lima, Diretor de Administração e Finanças, o Gerente de Planejamento e Controle, o senhor Marcos de Oliveira Campos e o Supervisor de Controle da Arrecadação, o senhor André Carvalho Penafieri. Ainda, foi convidada a senhora Sílvia Castellari Coimbra, assessora responsável pelo departamento de patrimônio imobiliário da SPPREV, para realizar os esclarecimentos sobre a carteira de imóveis da Autarquia. Inicialmente, o Diretor de Administração e Finanças explicou sobre os estudos que estão sendo realizados no CONAPREV sobre a compensação previdenciária entre os regimes próprios de previdência. Segundo esclareceu o Diretor de Administração e Finanças, em havendo uma compensação previdenciária com o regime próprio do Município de São Paulo, para o Estado de São Paulo será, financeira e orçamentariamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO  
PAULO PREVIDÊNCIA

desfavorável, uma vez que, atualmente, o Estado de São Paulo apenas tem recebido as verbas oriundas da compensação previdenciária com o INSS, isto é, com o regime geral de previdência. Assim, Reinaldo dos Santos Lima informou que, em avançando a situação de compensação previdenciária entre regimes próprios, já foi solicitado ao Ministério da Previdência uma previsão do que isso significará orçamentariamente, ou seja, o que isso significará em termos de valores para o Estado de São Paulo. Após, o Conselheiro Ney Nazareno Sígolo solicitou a manutenção da atualização das atas das reuniões dos Conselhos e da Diretoria da SPPREV no site da Autarquia, a fim de permitir o melhor acompanhamento das atividades e decisões da sua governança. Depois, foi passada a palavra à assessora Silvia Castellari Coimbra, que falou sobre a estrutura do setor de patrimônio imobiliário da SPPREV, responsável por cuidar da carteira de imóveis da autarquia. Ainda, a mesma falou sobre os estudos em desenvolvimento na SPPREV para a constituição de um fundo imobiliário para proporcionar o aprimoramento da gestão da carteira de imóveis da SPPREV e, uma vez aprovado, pretende-se contratar, por meio de licitação, uma empresa e um gestor imobiliário, que irá estruturar o fundo. Em um primeiro momento, a SPPREV será detentora de todas as cotas do fundo e, posteriormente, essas cotas poderão ser vendidas, bem como os imóveis também poderão ser vendidos. Após as explicações realizadas sobre os imóveis da SPPREV e os apontamentos e observações realizadas pelos Conselheiros, a assessora Silvia Castellari Coimbra prontificou-se a aprimorar o relatório dos imóveis, possibilitando assim o acompanhamento da situação dessa carteira pelo Conselho Fiscal. Após as explicações, a assessora Silvia Castellari Coimbra se retirou da reunião. O Diretor de Administração e Finanças comunicou os Conselheiros sobre problemas com o repasse da insuficiência do Departamento de Estrada de Rodagem - DER. No entanto, segundo explicou o Diretor de Administração e Finanças, há previsão na Lei de Diretrizes Orçamentária no sentido de que,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO  
PAULO PREVIDÊNCIA

caso os órgãos não repassem os recursos à previdência, o Tesouro poderá diminuir o repasse a esses órgãos na mesma proporção. Desta forma, o DER já foi comunicado que, caso não realize o repasse à SPPREV, será oficiada a Secretaria da Fazenda para que esta diminua o repasse àquele órgão, sendo tal valor então repassado à SPPREV referente à insuficiência financeira do DER. Em seguida, o Conselho passou a analisar o Balancete de Janeiro e Fevereiro de 2018. Assim, foi passada a palavra ao Supervisor de Controle da Arrecadação, o senhor André Carvalho Penafieri, que falou sobre a parte relativa à Previdência do Balancete. André Penafieri falou sobre a variação da receita de janeiro e fevereiro, apontando um aumento em decorrência do recebimento dos valores dos royalties de petróleo, principalmente, da participação especial. O aumento da receita impactou na diminuição da insuficiência financeira. Neste momento, o Diretor de Administração e Finanças mencionou sobre a reunião com a CRUESP, onde estavam os Reitores das três Universidades Paulistas, a fim de discutir sobre a questão do repasse do percentual dos royalties para as Universidades. Nesta reunião ficou definido que a SPPREV não irá repassar o financeiro, sendo que será abatido no valor da insuficiência deles e, desta forma, eles repassarão uma insuficiência menor para a SPPREV. Reinaldo dos Santos Lima seguiu esclarecendo que o abatimento das insuficiências das Universidade Paulistas ocorre através da folha de pensão, uma vez que as folhas dos aposentados das Universidades ainda não foram transferidas para a SPPREV. A SPPREV apenas processa e paga as folhas de pensionistas das Universidades. Assim, para pagamento das folhas de pensões das Universidades, esta autarquia utiliza a cota de royalties pertencente às Universidades. No entanto, no mês de fevereiro, como houve o recebimento da participação especial decorrente dos royalties de petróleo, o valor que a SPPREV precisou pagar de pensões das Universidades foi menor do que deveria ser repassado de valor de royalties às Universidades. Por isso, a discussão atual é definir o que será feito com o valor excedente, uma vez que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO  
PAULO PREVIDÊNCIA

a SPPREV só pode repassar os valores no limite dos valores gastos com a pensão. Uma das ideias é de que conste na Lei de Diretrizes Orçamentárias que o repasse seja no limite da folha da pensão. Em seguida, André Penafieri explicou que o efeito dos royalties na insuficiência financeira só foi atenuado, porque as despesas com inativos e pensionistas aumentara. Ainda, o Supervisor de Controle da Arrecadação falou sobre a queda da arrecadação do Comprev. Em seguida, André Penafieri comentou sobre as variações nas despesas. No mês de fevereiro, em relação a janeiro, houve um aumento das despesas decorrente do aumento das despesas dos inativos, principalmente nas folhas de inativos da UNESP, Tribunal de Justiça e o aumento da folha de inativos com a participação nos resultados. André Penafieri também falou sobre a queda nas despesas com os pensionistas. Outro ponto de destaque foi a diferença da receita acumulada até fevereiro com a despesa acumulada no mesmo período. Depois, foi passada a palavra ao Gerente de Planejamento e Controle, o senhor Marcos de Oliveira Campos, que explicou sobre a parte Administrativa do Balancete de Janeiro e Fevereiro de 2018. Assim, Marcos de Oliveira Campos falou sobre o demonstrativo da receita, indicando que no mês de fevereiro, em relação a janeiro, houve uma diminuição. O mesmo também falou sobre a nova taxa de administração, cujo índice foi diminuído para 0,152. Falou também sobre as despesas, bem como dos contratos. Depois, foi falado da evolução dos apontamentos realizados pela auditoria independente. Assim, Marco de Oliveira Campos falou sobre a provisão das ações judiciais, sendo que, a pedido deste Conselho, foi oficiada a PGE, para que este ano eles possam atender as informações solicitadas pela auditoria. Outro apontamento foi em relação à recuperação de valores pagos da Diretoria de Benefícios Militares, que ainda está sendo solucionado. Com relação às ocorrências relativas à Diretoria de Benefícios – Servidores Públicos, quase todas foram resolvidas, restando apenas uma pendência, pois existem imagens de processos que precisam ser disponibilizadas no SIGEPREV, já que a maior



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO  
PAULO PREVIDÊNCIA

parte dos processos não são mais físicos. Também foi apontada pela auditoria independente a necessidade de recolhimento de ISS à Prefeitura de São Bernardo referente a contador autônomo que presta serviços para a SPPREV e é domiciliado em São Bernardo, sendo que o caso foi encaminhado à Consultoria Jurídica para orientação. Outros apontamentos são relativos a situações de recursos humanos, que em grande parte foi resolvido. Outro apontamento foi com relação ao CNAE, cujos valores estão sendo compensados. Com relação à obrigação assessoria do MANADE, já foi solucionado grande parte, porém, a questão ainda está sendo analisada. Na parte de licitações, foram 03 (três) ocorrências, sendo um quanto à rasura de folhas, que já foi resolvido; a segunda ocorrência foi relativa a um imóvel do qual não consta escritura de compra e venda, o que ainda está em análise pela área. Também foi apontando a existência de equipamentos de estoque sem condições de uso, isso ainda está sendo analisado para verificar o que será feito com esse estoque. Outro ponto foi relativo à medição do contrato, o que, muito provavelmente, será submetido à consultoria jurídica. Ao final, após as explicações e respondidos os questionamentos, o Balancete de Janeiro e Fevereiro de 2018 teve seu encaminhamento ao Conselho de Administração aprovado pelo Conselho Fiscal. E, para constar, eu, Paola Camargo, Secretária do Conselho, lavrei e subscrevo esta Ata que, após lida, achada conforme e aprovada, vai devidamente assinada pelo Presidente e pelos demais Conselheiros presentes.

---

Daniel Gomes dos Reis  
Presidente do  
Conselho

---

João Alécio Pugina  
Vice-Presidente do Conselho



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO  
SECRETARIA DA FAZENDA  
SÃO PAULO PREVIDÊNCIA  
CONSELHO FISCAL

ATA DA 119ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA SÃO  
PAULO PREVIDÊNCIA

---

Gustavo Carvalho Tapia Lira  
Conselheiro

---

Fábio Guimarães Serra  
Conselheiro

---

Ney Nazareno Sígolo  
Conselheiro

---

Antonio Dorival Gamba  
Conselheiro

---

Paola S Camargo  
Secretaria do Conselho